



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**

PROCESSO N° 10280/003.652/89-65

Sessão da 18 de março de 1993

ACORDÃO N° 108-00.063

Recurso n°: - 73.924 - PIS-DEDUÇÃO - EX: DE 1987

Recorrente: - COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL

Recorrida : - DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BELÉM -PA

**PIS/DEDUÇÃO - CONTRIBUIÇÃO - DECORRÊNCIA** - A decisão que, acolhendo preliminar argüida, de clara nulo o procedimento principal, constitui prejulgado na apreciação do processo de corrente, que, em face da perfeita relação de causa e efeito existente entre ambos, deve merecer igual tratamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de cerceamento do direito de defesa levantada de ofício pelo relator para declarar nula a decisão recorrida, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões (DF), em 18 março de 1993.

JACKSON GUEDES FERREIRA - PRESIDENTE

ADELMO MARTINS SILVA - RELATOR

VISTO EM CAIRBAR PEREIBA DE ARAÚJO - PROCURADOR DA FAZENDA  
SESSÃO DE: NACIONAL  
**16 NOV 1993**

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros:  
PAULO IRVIN DE CARVALHO VIANNA, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, RENATA GONÇALVES  
PANTOJA, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, EDSON VIANNA DE BRITO e LUIZ  
ALBERTO CAVA MACEIRA.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 10280/003.652/89-65

**RECURSO Nº :** 73.924

**ACORDÃO Nº:** 108-00.063

**RECORRENTE:** COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL

### R E L A T Ó R I O

COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL, já qualificada nos autos, inconformada com a decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal em Belém, Pará, vem dela recorrer a este Egrégio Conselho.

A r. decisão recorrida, em decorrência de outra prolatada no chamado processo-matriz, manteve a exigência da contribuição para o PIS/DEDUÇÃO.

No apêlo, reporta-se a recorrente às razões de defesa oferecidas no processo principal, que já foi julgado por esta Colenda Câmara.

É o relatório

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Edmundo J. S. Góes".

A handwritten signature in black ink, appearing to read "D. M. S. Góes".

Acórdão nº 108-00.063

V O T O

Conselheiro ADELMO MARTINS SILVA, Relator

O recurso é tempestivo, preenchendo também os demais requisitos de admissibilidade. Por isso, dele tomo conhecimento.

No mérito, nada há aqui a analisar. É que existe uma perfeita relação de causa e efeito entre o processo denominado principal, já julgado, e este, ora sob julgamento.

Os membros desta Câmara, apreciando o recurso interposto no processo-matriz, por unanimidade de votos, decidiram declarar nula a decisão de primeiro grau, consoante Acórdão nº 108-00.034.

De acordo com pacífica jurisprudência deste Colegiado, a decisão que, acolhendo preliminar arguida, declara nula a decisão prolatada no processo principal, constitui prejulgado na apreciação do processo decorrente, que, em face da relação existente entre ambos, deve merecer idêntico tratamento.

Por isso, levanto, de ofício, preliminar de nulidade da r. decisão recorrida.

Brasília-DF, 18 de março de 1993

ADELMO MARTINS SILVA - RELATOR

mp